

**O PÃO, O CIRCO E O SINO: UMA LEITURA SOBRE O CONDICIONAMENTO POLÍTICO:
DA MEMÓRIA DO ÊXODO AO ESPETÁCULO DIGITAL - ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO E
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

**BREAD, CIRCUSES, AND THE BELL: AN INTERPRETATION OF POLITICAL
CONDITIONING: FROM THE MEMORY OF THE EXODUS TO THE DIGITAL SPECTACLE -
STRATEGIES OF PERSUASION AND POLITICAL MOBILIZATION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.069-021>

Luis Carlos de Almeida

Graduado em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), em Teologia pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro e em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Resumo

Este ensaio analisa, por meio de analogias históricas e psicológicas, mecanismos de mobilização e condicionamento político. Partindo da expressão *panem et circenses*, da narrativa bíblica sobre a saudade dos alimentos do Egito e dos estudos de Ivan Pavlov sobre reflexos condicionados, o texto propõe uma leitura comparativa da política brasileira contemporânea, especialmente de estratégias discursivas associadas a setores da extrema direita. O argumento articula necessidades materiais, espetáculo, medo, repetição e identidade como elementos que podem interferir na autonomia do julgamento político. Assumindo explicitamente o caráter ensaístico e opinativo da proposta, o estudo não pretende substituir a investigação empírica, mas oferecer uma chave interpretativa para compreender como estímulos simbólicos podem converter carências e inseguranças em adesões políticas. A reflexão termina defendendo a educação crítica, as instituições democráticas e a garantia de direitos sociais como condições de fortalecimento da autonomia cidadã.

Palavras-chave: Autonomia cidadã; Condicionamento político; Espetáculo; *Panem et circenses*; Reflexo condicionado.

Abstract

This essay analyzes, through historical and psychological analogies, mechanisms of political mobilization and conditioning. Drawing on the expression *panem et circenses*, the biblical narrative of the longing for the foods of Egypt, and Ivan Pavlov's studies on conditioned reflexes, the text proposes a comparative reading of contemporary Brazilian politics, particularly of discursive strategies associated with sectors of the far right. The argument brings together material needs, spectacle, fear, repetition, and identity as elements that may interfere with the autonomy of political judgment. Explicitly assuming the essayistic and

opinion-based nature of the proposal, the study does not seek to replace empirical investigation, but rather to offer an interpretive framework for understanding how symbolic stimuli may transform material deprivation and insecurity into political adherence. The reflection concludes by emphasizing critical education, democratic institutions, and the guarantee of social rights as conditions for strengthening civic autonomy.

Keywords: *Panem et circenses*; Civic autonomy; Conditioned reflex; Political conditioning; Spectacle.

1 INTRODUÇÃO: O SINO QUE AINDA TOCA

A trajetória das sociedades ocidentais revela uma regularidade incômoda: coletividades exaustas, privadas de segurança material e afastadas de instrumentos de reflexão crítica podem agir contra seus próprios interesses quando submetidas a estratégias persistentes de sedução, mobilização afetiva e condicionamento. Esse fenômeno não decorre de supostas deficiências intelectuais das classes populares, mas da combinação de três mecanismos sociais que assumem formas diversas ao longo da história: a oferta calculada de subsistência mínima (o pão), a canalização dos afetos por meio do espetáculo público (o circo) e a associação repetida entre estímulos emocionais e respostas comportamentais (o sino). Quando esses mecanismos convergem, a dominação pode prescindir da coerção ostensiva e obter adesão ativa de parte do próprio corpo social.

No contexto da conjuntura brasileira contemporânea, este estudo propõe que determinados setores da extrema direita mobilizam mecanismos semelhantes, sobretudo pela substituição de demandas materiais por estímulos simbólicos, pela exploração do medo e do ressentimento e pela disputa permanente pela atenção pública. Trata-se de uma hipótese hermenêutica, e não de uma afirmação empírica universal. O objetivo é compreender como determinados discursos políticos podem converter inseguranças reais em lealdades, antagonismos e formas de adesão que, em certas circunstâncias, entram em tensão com os interesses materiais dos próprios grupos mobilizados.

Quanto ao seu estatuto epistemológico, este texto assume caráter ensaístico e opinativo, construído a partir de aproximações e analogias históricas, narrativas e psicológicas. Não se pretende oferecer uma demonstração empírico-estatística, mas desenvolver uma leitura interpretativa dos processos simbólicos que podem incidir sobre a subjetividade e a ação política contemporânea.

Sob esse olhar, a analogia ganha maior alcance quando a oferta de benefícios imediatos e o espetáculo deslocam o debate cívico, levando o cidadão a ocupar a posição de espectador diante de processos que também dizem respeito à sua própria autonomia.

2 PÃO E CIRCO: ROMA E A GOVERNABILIDADE PELO ESPETÁCULO

Nas primeiras décadas do século II, o poeta latino Giovenale, Decimo Giunio (Décimo Júnio Juvenal), em sua Sátira X, criticou a perda do interesse do povo romano pelas antigas prerrogativas de participação na vida pública. Ao recordar que aquele que outrora concedia “poder, fasces, legiões, tudo” — isto é, que detinha influência sobre magistraturas, poder político e decisões públicas — já não se ocupava dessas prerrogativas e passara a desejar apenas duas coisas, “pão e espetáculos circenses”, Juvenal sintetizou sua crítica na célebre expressão *panem et circenses* (Giovenale, 1996, Sat. X, 77–81, tradução nossa). A oposição estabelecida pelo poeta é, portanto, entre as antigas aspirações de poder e participação pública e a busca por benefícios imediatos e entretenimento. A fórmula não descreve, por si só, toda a política imperial de abastecimento e entretenimento, mas tornou-se uma poderosa imagem para pensar as relações entre necessidades materiais, distração pública e poder. No contexto romano, a distribuição de trigo e a realização de espetáculos integravam práticas de administração e abastecimento urbano, embora sua função política não possa ser reduzida a um único propósito.

Figura 1: Circus Maximus em Roma.



Fonte: ITALIAN SCHOOL. The Circus Maximus in Rome, ca. 1600. Gravura. Paris: Bibliothèque Nationale, c. 1600. Reprodução digital.

O Coliseu e o *Circus Maximus* não constituíam simples concessões lúdicas desvinculadas da vida política; os espetáculos públicos integravam a cultura urbana e podiam funcionar também como instrumentos de representação do poder, de sociabilidade e de pacificação. Ao concentrar a atenção da população em competições, cerimônias e formas de violência espetacularizada, o poder imperial participava da organização simbólica da vida pública. A experiência da arena oferecia ao espectador uma participação ritualizada, enquanto a grandiosidade dos espetáculos reforçava a imagem de poder e generosidade do Estado. A relação entre espetáculo e dominação, portanto, deve ser compreendida como uma articulação histórica complexa, e não como simples mecanismo automático de anestesia política.

No cenário político brasileiro recente, essa lógica pode ser percebida, em determinadas situações, sob formatos hiperconectados. O espetáculo contemporâneo já não depende de animais selvagens ou carruagens: manifesta-se em transmissões ao vivo, disputas permanentes nas redes sociais, circulação de desinformação, ataques aos ritos institucionais e encenações de conflito contra inimigos apresentados como ameaças absolutas. Esse espetáculo político permanente ocupa o imaginário coletivo com controvérsias e confrontos, enquanto questões materiais permanecem em disputa. É nesse ponto que a reflexão de Guy Debord (1997) sobre a sociedade do espetáculo oferece uma chave teórica para a análise. Para Debord, o espetáculo não se reduz ao entretenimento, mas constitui uma forma de mediação das relações sociais por meio de imagens e representações. A aproximação com o *panem et circenses* permite, assim, compreender uma continuidade estrutural: em contextos históricos distintos, o espetáculo pode ocupar a atenção coletiva e deslocar o foco das relações sociais e políticas para aquilo que se apresenta à vista e mobiliza o desejo. No ambiente digital, essa lógica adquire novas características, pois a circulação contínua de imagens, conflitos e controvérsias amplia a disputa pela atenção. A hipótese central deste ensaio é que essa saturação da atenção pode favorecer formas de mobilização política baseadas no conflito, sobretudo quando emoções intensas passam a ocupar o espaço destinado à discussão sistemática de políticas públicas.

3 O ÊXODO: A SAUDADE DAS CEBOLAS

A literatura bíblica preserva, no livro de Números, um relato significativo sobre a dificuldade de uma comunidade recém-libertada em lidar com a escassez e a incerteza. Durante a travessia do deserto, a comunidade israelita, confrontada com a aridez do caminho e a falta de alimentos, insurge-se contra Moisés. O texto registra a lembrança das provisões disponíveis no Egito: “Lembramo-nos dos peixes que no Egito comíamos de graça; e dos pepinos, dos melões, dos alhos-porós, das cebolas e dos alhos” (cf. Nm 11,5). A memória do alimento torna-se, assim, uma imagem poderosa da tensão entre a experiência da liberdade e a segurança oferecida por uma condição anterior de dependência.

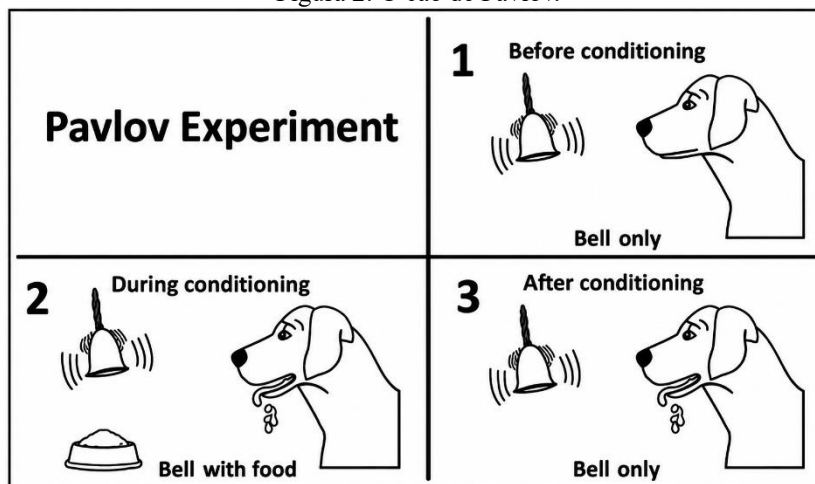
Configura-se aqui um paradoxo que atravessa a experiência humana da liberdade: a emancipação não elimina a insegurança, a responsabilidade e o contato com o desconhecido. Diante das dificuldades da autonomia, a memória pode idealizar aspectos do passado e atenuar suas experiências de opressão. A condição anterior, por oferecer referências conhecidas e alguma previsibilidade, pode ser reconstruída como refúgio, enquanto o caminho da liberdade é percebido como ameaça e abandono. A “saudade das cebolas” torna-se, nessa leitura, uma metáfora da força que a segurança perdida pode exercer sobre a consciência. Essa tensão entre o desejo de liberdade e a aceitação da dependência encontra um ponto de diálogo com Étienne de La Boétie (1982), que, em *Discurso da servidão voluntária*, interroga porque indivíduos e povos podem consentir com a própria submissão. A aproximação permite pensar como o medo da incerteza e o apego à segurança conhecida podem favorecer a permanência de vínculos de dependência.

Essa imagem pode ser aproximada, com as devidas cautelas, de fenômenos observáveis no debate político brasileiro contemporâneo. Setores socialmente vulnerabilizados podem aderir a discursos que idealizam regimes autoritários, períodos de exceção ou modelos hierárquicos do passado, apresentados retrospectivamente como tempos de ordem, segurança e abundância. Nesses discursos, constitui-se um “Egito” imaginário que seleciona lembranças positivas e silencia conflitos, violações e desigualdades. A analogia não pretende afirmar que todos os indivíduos em situação de precariedade compartilhem a mesma posição política, mas indicar como o medo da perda, a insegurança econômica e o desejo de estabilidade podem favorecer narrativas de retorno a uma ordem idealizada.

4 PAVLOV, LIPPMANN E O SINO: CONDICIONAMENTO, OPINIÃO PÚBLICA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Na passagem para o século XX, o fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov (1927) desenvolveu estudos experimentais sobre os reflexos condicionados, especialmente a partir de pesquisas sobre a salivação de cães. No condicionamento clássico, um estímulo biologicamente relevante, como o alimento, provoca uma resposta não aprendida; um estímulo inicialmente neutro pode, após associações repetidas com o alimento, adquirir a capacidade de desencadear uma resposta condicionada. O conhecido exemplo do sino tornou-se uma representação didática desse processo, embora os experimentos de Pavlov tenham empregado diferentes estímulos, inclusive sinais sonoros e visuais. O princípio fundamental reside, portanto, na associação aprendida entre estímulos e respostas.

Figura 2: O cão de Pavlov.



Fonte: OPEN UNIVERSITY. Pavlov's dogs: Pavlovian conditioning using a bell as the stimulus. OpenLearn.

A aproximação entre esse princípio experimental e a arena política contemporânea deve ser entendida como analogia, e não como equivalência entre animais em laboratório e cidadãos. No campo político, medos e aflições reais — como desemprego, violência, insegurança econômica e perda de

referências comunitárias — podem ser associados, por estratégias discursivas, a objetos ou grupos apresentados como responsáveis por esses problemas. A repetição dessas associações pode fortalecer respostas emocionais e simplificar a percepção de fenômenos complexos. O argumento deste ensaio é que, em determinadas circunstâncias, o medo pode ser convertido em recurso de mobilização política.

Reiterados por meio de redes sociais, discursos políticos e diferentes formas de comunicação, esses estímulos simbólicos podem adquirir força associativa. Ao longo do tempo, a repetição pode fazer com que determinados sinais produzam respostas emocionais antes mesmo de uma avaliação crítica de seu conteúdo. A metáfora do “sino” designa, nesse contexto, o gatilho simbólico capaz de mobilizar uma resposta previamente construída. O eleitor, quando submetido continuamente a esse circuito, pode investir sua energia política na reação ao estímulo, em detrimento da análise das condições concretas que deram origem à inquietação.

Essa passagem do condicionamento experimental para o campo político exige, contudo, uma precisão analítica. Pavlov não formulou uma teoria da manipulação política nem afirmou que cidadãos pudessem ser condicionados de maneira idêntica aos animais submetidos a seus experimentos. Sua contribuição oferece, neste ensaio, um modelo elementar para compreender o papel da associação e da repetição na formação de respostas aprendidas. Para compreender como esse mecanismo pode atuar na esfera pública, é necessário considerar também a mediação dos símbolos, das representações e das informações. É nesse ponto que a reflexão do pensador político Walter Lippmann (1922) sobre a formação da opinião pública amplia a análise, ao mostrar como imagens simplificadas da realidade e estereótipos podem orientar a percepção dos acontecimentos e dos grupos sociais.

Desse modo, Pavlov fornece o princípio da associação; Lippmann permite compreender sua inserção no campo da percepção e da opinião pública. A metáfora do “sino” passa, então, a designar o estímulo simbólico que, reiteradamente associado a um determinado medo, ameaça ou expectativa, pode desencadear respostas políticas antes de uma análise mais ampla da realidade. Trata-se de uma hipótese interpretativa sobre processos de mobilização, e não da afirmação de que o comportamento eleitoral possa ser explicado pelo condicionamento clássico.

5 O CONDICIONAMENTO E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

A integração dessas vertentes permite formular uma hipótese sobre os mecanismos de mobilização política. No plano material, necessidades e direitos podem ser substituídos, no discurso, por compensações simbólicas; no plano da atenção, o espetáculo e o conflito permanente podem canalizar o ressentimento para alvos específicos; e, no plano comportamental, medos e ameaças previamente associados podem funcionar como gatilhos de mobilização. No caso analisado pelo ensaio, esses mecanismos são relacionados a estratégias discursivas presentes em setores da extrema direita brasileira. A proposta não é estabelecer

uma equivalência histórica entre Roma, o Êxodo e a política contemporânea, mas utilizar essas imagens como instrumentos comparativos para pensar diferentes modos de produção da adesão.

O argumento central dessa construção reside em um paradoxo: grupos socialmente fragilizados podem, em determinadas circunstâncias, apoiar agentes ou projetos políticos que não correspondem diretamente a seus interesses materiais. O trabalhador informal pode defender propostas de desregulamentação que ampliem sua insegurança; a família dependente de serviços públicos pode apoiar cortes em políticas das quais se beneficia. A metáfora das “cebolas” designa a idealização de um passado supostamente estável; a do “circo”, a transformação do conflito em espetáculo; e a do “sino”, a repetição de estímulos capazes de mobilizar respostas emocionais. Juntas, essas imagens procuram explicar como a adesão política pode ser construída para além do cálculo imediato de interesses.

6 VULNERABILIDADE E AUTONOMIA: CONDIÇÕES DO CONDICIONAMENTO POLÍTICO

A eficácia de processos de condicionamento em escala coletiva não se sustenta no vazio; depende de condições sociais, materiais e cognitivas que podem enfraquecer a capacidade de avaliação crítica. Uma dessas condições é a privação crônica. O indivíduo submetido à precarização contínua do trabalho, à insegurança alimentar e à falta de perspectivas pode concentrar sua atenção na sobrevivência imediata, tornando mais atraentes promessas simplificadoras de ordem, proteção ou alívio simbólico. A escassez, portanto, não produz automaticamente determinado comportamento político, mas pode alterar as condições nas quais escolhas e julgamentos são realizados. A essa vulnerabilidade material pode somar-se a desinformação, potencializada pela fragmentação do debate público e pela circulação acelerada de conteúdos nas redes digitais. Sem instrumentos adequados de mediação crítica, torna-se mais difícil distinguir informação, interpretação e manipulação. O medo disseminado também pode reduzir a disposição para avaliações complexas quando a pessoa percebe uma ameaça imediata à sua segurança ou identidade. Nesses contextos, respostas defensivas podem ganhar força e favorecer a adesão a figuras políticas apresentadas como protetoras ou capazes de restaurar uma ordem perdida.

Figura 3: Manipulação e Condicionamento.



Fonte: Elaboração própria, com auxílio OpenAI/2026. Manipulação e condicionamento na era digital. A sociedade do espetáculo não apenas entretém; ele também pode colocar em cena relações de controle.

A vulnerabilidade também pode ser reforçada pela identidade grupal e pela repetição sistemática. Quando o alinhamento político deixa de ser percebido como uma escolha entre propostas concorrentes e se transforma em marcador de pertencimento, admitir o erro pode ser experimentado como ameaça à própria identidade social. A repetição de determinados enunciados, sobretudo em ambientes comunicacionais fechados, pode aumentar sua familiaridade e favorecer a percepção de plausibilidade. Esses processos não determinam comportamentos de modo automático, mas ajudam a compreender como identidade, emoção e repetição podem interferir na avaliação política.

Se essas condições podem favorecer processos de condicionamento, a autonomia exige justamente a criação de condições capazes de interromper associações automáticas entre estímulos e respostas. O chamado “descondicionamento” não deve ser compreendido como simples rejeição de determinadas ideias, mas como ampliação da capacidade de examinar criticamente a linguagem política, a circulação de informações e os mecanismos de persuasão. Nesse sentido, uma educação pública consistente e emancipatória constitui elemento fundamental para fortalecer o discernimento.

O discernimento, contudo, perde alcance quando não encontra condições materiais que sustentem a dignidade. A superação do “Egito” imaginado não ocorre por meio de sermões abstratos, mas também pela existência de políticas públicas capazes de garantir proteção social, trabalho digno, acesso à saúde, educação e segurança jurídica. Quanto mais os direitos forem percebidos como garantias de cidadania, menor tende a ser o espaço para que benefícios pontuais sejam apresentados como favores pessoais. O

enfrentamento da manipulação política, nessa perspectiva, envolve simultaneamente educação crítica, instituições democráticas e condições materiais de autonomia.

A narrativa de Moisés (cf. Nm 11,4–6) no deserto oferece, nesse ponto, uma imagem hermenêutica fecunda. A travessia pode ser compreendida como um percurso marcado por conflitos, incertezas e ausência de soluções imediatas. Do mesmo modo, a democracia, com suas contradições e imperfeições, depende da participação, da pluralidade e da capacidade de conviver com o dissenso. O retorno a uma ordem autoritária apresentada como refúgio contra a insegurança pode significar a troca da autonomia por uma promessa de proteção. A questão que permanece, portanto, é saber o que cada convocação política efetivamente anuncia: o pão da dignidade ou apenas o alvoroço de um novo circo?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS - ENTRE A MEMÓRIA E A AUTONOMIA: UMA LEITURA ABERTA

A análise desenvolvida ao longo deste ensaio procurou estabelecer relações entre diferentes tempos, linguagens e campos de conhecimento: a crítica de Juvenal à busca por panem et circenses, a narrativa bíblica da travessia do deserto, os estudos de Ivan Pavlov sobre o condicionamento, a reflexão de Walter Lippmann sobre a opinião pública e a crítica de Guy Debord à sociedade do espetáculo. Essas aproximações não pretendem estabelecer equivalências históricas entre fenômenos distintos, mas construir uma chave hermenêutica capaz de iluminar como necessidades, imagens, emoções, símbolos e formas de mediação podem participar da constituição da experiência política.

Nesse percurso, o condicionamento não é compreendido como mecanismo determinista, mas como uma possibilidade de leitura dos processos pelos quais a repetição de estímulos, a exploração de inseguranças e a disputa pela atenção podem interferir na formação do julgamento político. A questão central desloca-se, assim, do comportamento individual para as condições sociais e simbólicas nas quais a autonomia é exercida. Educação crítica, acesso a direitos, pluralidade de informações e instituições democráticas aparecem, nesse horizonte, como elementos que ampliam a capacidade de discernimento e participação.

A imagem bíblica da travessia conserva, por isso, sua força hermenêutica. O deserto representa um espaço de incerteza no qual a liberdade precisa ser sustentada sem a promessa de soluções imediatas; o Egito, por sua vez, pode tornar-se a imagem de uma segurança passada idealizada diante das dificuldades do presente. A tensão entre essas duas experiências ajuda a compreender por que a autonomia política exige mais do que a ausência formal de coerção: requer condições para que indivíduos e grupos possam reconhecer, avaliar e escolher entre diferentes possibilidades.

Nesse sentido, a advertência do Eclesiastes permanece como uma provocação para a leitura do presente: “O que foi tornará a ser, o que foi feito se fará novamente; não há nada novo debaixo do sol” (Ecl

1,9). A frase não encerra a interpretação; abre-a. Se determinadas formas de mobilização reaparecem sob novas linguagens e tecnologias, cabe à consciência histórica reconhecer suas continuidades sem confundí-las com identidade. Entre o pão, o circo e o sino, permanece aberta a tarefa de transformar a reação em reflexão, o espectador em cidadão e a repetição em possibilidade de escolha.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Tradução oficial da CNBB. 6. ed. Brasília, DF: **Edições CNBB**, 2022.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GIOVENALE, Decimo Giunio. Satire. **Introduzione, traduzione e note di Mario Ramous**. Milano: Garzanti, 1996.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PAVLOV, Ivan Petrovich. **Conditioned reflexes**: an investigation of the physiological activity of the cerebral cortex. Translated by G. V. Anrep. Oxford: Oxford University Press, 1927.